



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

**RELATÓRIO E PARECER SOBRE AS PROPOSTAS DE
PLANO ANUAL REGIONAL PARA 2017, ORÇAMENTO
DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES PARA 2017 E
ORIENTAÇÕES DE MÉDIO PRAZO PARA 2017/2020.**

HORTA, 21 e 22 de fevereiro de 2017

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

ARQUIVO

Entrada **725** Proc. n.º **102/2/X/1**
Data: **01/03/02** N.º **102/3/X/1**
18/1/2017



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

CAPÍTULO I
INTRODUÇÃO

- 1 - A Comissão de Política Geral, ao abrigo do disposto no artigo 164.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reuniu na sede da ALRAA, na cidade da Horta, nos dias 21 e 22 de fevereiro de 2017, a fim de emitir o seu parecer sobre as propostas de Plano Anual Regional para 2017, Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2017 e Orientações de Médio Prazo para 2017/2020.
- 2 - O parecer diz respeito às competências da Comissão de Política Geral nas áreas da Administração Pública, Regional e Local; Ordem Pública e Proteção Civil; Comunidades Açorianas; Construção Europeia; Tratados e Acordos Internacionais; Habitação, Equipamentos e Urbanismo.
- 3 - O parecer fundamenta-se na análise dos Projetos, Ações e correspondentes Programas, na audição dos Membros do Governo Regional que os tutelam, bem como nos pareceres dos parceiros sociais.
- 4 - A dotação financeira dos diversos programas em análise é a seguinte:
 - a) Programa 1 – (Competitividade; Emprego e Gestão Pública)
 - Projeto 1.4 – Modernização Administrativa – 656 724 €
 - Projeto 1.5 – Informação de interesse público ao cidadão – 2 300 000 €.
 - Projeto 1.6 – Serviços sociais – 170 000 €.
 - Projeto 1.7 – Cooperação com as Autarquias Locais – 654 529 €.
 - b) Programa 10 – Habitação e Renovação Urbana – 22 603 572 €.
 - c) Programa 12 – Prevenção de Riscos e Proteção Civil – 7 248 162 €.
 - d) Programa 14 – (Transportes, Obras Públicas e Infraestruturas Tecnológicas)
 - Projeto 14.1 – Construção de Estradas Regionais – 32 700 931 €.
 - Projeto 14.2 – Reabilitação de Estradas Regionais – 14 083 011 €.
 - Projeto 14.3 – Sistema de Transportes Terrestres e Segurança Rodoviária – 1 051 677 €.
 - Projeto 14.4 – Integração Paisagística de Zonas Adjacentes às ER – 565 000 €.
 - Projeto 14.11 – Laboratório Regional de Engenharia Civil – 434 689 €.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

Projeto 14.12 – Construção, Ampliação e Remodelação de Edifícios Públicos –
4 735 000 €.

Projeto 14.13 – Cooperação com diversas entidades – 4 339 000 €.

e) Programa 16 – (Comunidades e Cooperação Externa) – 850 555 €.

5 – Foram efetuadas as seguintes audições, conforme Relatórios em anexo:

- a) Vice-Presidente do Governo Regional.
- b) Secretário Regional dos Transportes e Obras Públicas.
- c) Secretária Regional da Solidariedade Social.
- d) Secretário Regional da Saúde.
- e) Secretário Regional Adjunto da Presidência para as Relações Externas.

CAPÍTULO II
PARECER

A Comissão de Política Geral, baseada na apreciação dos documentos apresentados e nas audições efetuadas aos Membros do Governo Regional que tutelam as áreas da competência da Comissão, deliberou aprovar, por maioria as propostas de Plano Anual Regional para 2017, Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2017 e Orientações de Médio Prazo para 2017/2020, com os votos favoráveis do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e com a abstenção e reserva para plenário do PSD, do CDS-PP e do PCP.

Horta, 22 de fevereiro de 2017

O Relator

Bruno Belo

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente

António Soares Marinho



**Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL**

**ANEXO
AUDIÇÕES**

Dia 21 de fevereiro de 2017

AUDIÇÃO DO VICE-PRESIDENTE DO GOVERNO REGIONAL

O Vice-Presidente do Governo Regional fez uma apresentação genérica das áreas da sua tutela que se inscrevem nas competências desta Comissão.

Quanto à Modernização e reestruturação da Administração Pública Regional pretende-se consolidar os projetos em curso, nomeadamente o SIGRHARA, e prosseguir com ações visando a modernização administrativa e a simplificação administrativa. O Vice-Presidente deu especial relevo à integração na Administração Pública Regional de todos aqueles que tem contratos de tarefa, ou qualquer outro vínculo precário, referindo ainda que esta integração será feita nos termos da legislação em vigor, ressalvando que será apenas feita avaliação curricular.

Quanto aos serviços sociais de apoio aos funcionários públicos serão concedidos apoios financeiros à semelhança dos anos anteriores.

O Deputado João Vasco Costa interveio, questionando o Vice-Presidente sobre o horizonte temporal relativamente ao início da integração dos funcionários na Administração Pública. O Vice-Presidente respondeu que após a publicação do anúncio é definido o prazo, de acordo com o art.º 7.º da proposta de orçamento para 2017.

O Deputado Bruno Belo interveio para questionar o Vice-Presidente se foi ou não efetuado algum levantamento das necessidades permanentes na Administração Pública por ilha e por serviço. O Vice-Presidente respondeu que pela análise ao programa de pagamentos de vencimentos na Administração Pública essa resposta é automática. Pelo facto de ser efetuado um pagamento de vencimento fica-se a saber que a pessoa em causa está a ocupar uma necessidade permanente e ao mesmo tempo sabe-se o serviço da Administração Pública onde desempenha funções, acrescentando que para o Governo são todas permanentes desde que estejam no mesmo serviço de forma continuada. Contudo, exemplificou que as prestações de serviços dos médicos, ou os contratos de manutenção nas escolas, não são consideradas necessidades permanentes.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

A Deputada Sónia Nicolau perguntou quais as diretrizes desta integração visto que se quer uma Administração Pública mais eficiente. O Vice-Presidente respondeu que se pretende incrementar a interatividade dos cidadãos com a Administração Pública numa lógica de ajustar a sua relação com a evolução tecnológica.

O Deputado Paulo Mendes referiu que não existem apenas as formas de precariedade que o Vice-Presidente referiu na sua intervenção inicial, dando como exemplo uma escola que tem 14 auxiliares, sendo que apenas 4 são do quadro e os outros estão ao abrigo de programas ocupacionais. Perguntou se da parte do governo há intenção de resolver esses problemas. O Vice-Presidente respondeu que essa questão não se coloca, tendo em conta que não há qualquer vínculo com a Administração Pública.

O Deputado Paulo Mendes referiu que de forma oficiosa algumas instituições têm sido incitadas a recorrer aos programas ocupacionais para suprir carências de pessoal, ao que o Vice-presidente respondeu que nos últimos 2 anos o número de funcionários tem aumentado, referindo ainda que, por vezes, há situações diferentes, dando como exemplo o facto de haver pessoas de baixa, o que faz com que essas pessoas tenham que ser substituídas temporariamente e que não podem ser consideradas necessidades permanentes.

AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DOS TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS

O Secretário Regional informou a Comissão das principais orientações estratégicas relativamente aos projetos do Programa 10, relacionados com as competências desta Comissão, nomeadamente as relacionadas com Estradas Regionais, sistema de Transportes Terrestres e Segurança Rodoviária, integração paisagística de Zonas Adjacentes às Estradas Regionais e Construção, Ampliação e Remodelação de Edifícios Públicos.

Na área dos Transportes Terrestres, o objetivo do Plano para o ano 2017 é reorganizar todo esse sector por forma a criar uma intermodalidade.

Ao nível das estradas regionais referiu que para além do pagamento da renda referente às SCUT'S, destaca-se a construção do acesso ao porto da Vila Franca, bem como os circuitos logísticos nas diversas ilhas. Referiu ainda que o Governo vai dar continuidade à colocação de sinalização horizontal.

No que diz respeito à construção civil referiu que pretende consolidar o sector tendo em conta o dimensionamento da mão-de-obra e a utilização dos materiais endógenos, reforçando a transparência e desburocratização.

O Deputado João Corvelo questionou, em relação ao Porto das Poças, se os pescadores tinham sido ouvidos relativamente à obra, quando estará concluído o talude da estrada que liga a



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

Fazenda aos Cedros, ponto de situação do ramal do Mosteiro e do Lajedo e ainda a recuperação de um muro. O Secretário respondeu que relativamente ao Porto das Poças há duas questões distintas, uma de transportes e outra de pescas e que relativamente às pescas a questão deve ser colocada na Comissão de Economia e não na Comissão de Política Geral, no que diz respeito à estrada entre Fazenda e Cedros o concurso está a decorrer, acrescentou que os ramais do Mosteiro e Lajedo estão previstos nos circuitos logísticos e que o muro é privado, tendo já sido avaliado pelo LREC e não constitui perigo.

O Deputado Carlos Silva perguntou qual o valor referente às SCUT'S. O Secretário respondeu que o valor inscrito no Plano para 2017 corresponde à renda a pagar e que é inferior ao preço base em 12 milhões de euros.

O Deputado Bruno Belo perguntou se o governo tinha conhecimento da derrocada próximo da estrada regional na freguesia da Lomba, ao que o Secretário respondeu que não tinha conhecimento, mas que iria inteirar-se da situação.

O Deputado Carlos Ferreira perguntou o que estava previsto para a ilha do Faial em termos de estradas. O Secretário referiu que o valor inscrito nos circuitos logísticos para o Faial se destina à reabilitação da avenida Príncipe Alberto do Mónaco e à reabilitação da estrada da Ribeira do Cabo e Largo Jaime Melo.

O Deputado Carlos Ferreira referiu que este procedimento já tinha sido lançado. No entanto tinha ficado deserto e sendo agora o valor do novo procedimento ainda menor, qual seria a explicação. O Secretário respondeu que o projeto tinha sido refeito e lançado novo procedimento.

O Deputado Luis Rendeiro perguntou qual o valor final das SCUT'S, questionou relativamente à certificação de materiais endógenos, suas características e outras informações, e perguntou ainda qual o valor final da Casa da Autonomia. O Secretário respondeu que relativamente ao valor final das SCUT'S não tinha esse valor presente, mas que mais tarde o poderia facultar, tendo comunicado posteriormente ao Presidente da Comissão que atingia 845 milhões de euros. No que diz respeito à Casa da Autonomia referiu que a empreitada está a decorrer e que o valor apresentado corresponde ao valor do procedimento. Relativamente à certificação dos materiais endógenos, o processo está a decorrer e todos os produtos foram alvo de certificação pelo LREC, acrescentando que todos os produtos que constam do catálogo cumprem todos os requisitos para poderem ser utilizados e por ser um processo dinâmico podem surgir novos produtos a qualquer altura e serem integrados.

O Deputado Alonso Miguel perguntou em que consistem os circuitos logísticos para a ilha Terceira. O Secretário respondeu que consiste na reabilitação da circular, ramal das Cinco



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

Ribeiras, troço de São Carlos e que a canada das Cinco Ribeiras está a aguardar o processo de expropriações.

O Deputado Carlos Ferreira perguntou qual o valor final da Casa da Autonomia, ao que o Secretário respondeu que o valor é de 3,9 milhões de euros.

O Deputado Marco Costa perguntou relativamente aos investimentos previstos para a ilha do Pico, concretamente Porto de São Roque, aeroporto e em que fase está o processo de concessão dos estaleiros navais da Madalena. O Secretário respondeu que relativamente ao Porto de São Roque o projeto está a ser concluído para ser lançado a concurso, e que relativamente ao aeroporto o investimento visa os sistemas de segurança e obras nas faixas *srtip* e *grooving*, e que em relação aos estaleiros o concurso está em análise devido à sua complexidade. Concluiu referindo que vão ser efetuados investimentos na longitudinal e na estrada junto à Vila das Lajes.

O Deputado Manuel Pereira perguntou sobre o valor inscrito para os transportes e sinalização horizontal. O Secretário respondeu que vão ser executadas empreitadas nas nove ilhas, contudo estão atrasadas pelo facto de este trabalho ser efetuado com tempo seco. Relativamente ao valor dos transportes corresponde aos valores dos passes sociais e ainda ao valor que é pago pelo transporte de combustíveis líquidos e transporte de mercadorias entre Flores e Corvo.

AUDIÇÃO DA SECRETÁRIA REGIONAL DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

A Secretária Regional foi substituída pelo Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares, que fez uma abordagem genérica sobre as matérias da competência da Comissão.

Nas áreas da Habitação e da Renovação Urbana, anunciou um investimento de cerca de 22,5 milhões de euros.

O Programa será desenvolvido sobretudo em três eixos:

- Reabilitação urbana
- Arrendamento Social e cooperação com outras entidades.
- Equipamentos Públicos.

Destacam-se as ações de recuperação de habitação degradada, Programa Famílias com Futuro e cooperação com as Autarquias Locais, designadamente contratos com todos os municípios das ilhas de São Miguel e Terceira. Destacam-se ainda ações de inserção e reintegração social, bem como participação à renda.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

O Deputado Marco Costa questionou se poderia precisar quais são as zonas de risco identificadas. O Secretário forneceu a informação de que são:

- São Miguel Arcanjo, São Roque, Pico;

- Ribeira Quente e Faial da Terra, Povoação, São Miguel;
- Santa Clara, Ponta Delgada, São Miguel;
- Rabo de Peixe, Calhetas e Bandejo, Ribeira Grande, São Miguel;

Dia 22 de fevereiro de 2017

AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DA SAÚDE

No âmbito da Proteção Civil, área integrada na orgânica da Secretaria Regional da Saúde, o Secretário informou a Comissão das principais linhas de ação para o ano de 2017.

Começou por referir que no Programa 11 – Proteção de Riscos e Proteção Civil há um investimento de 7,3 milhões de euros, explicando que a grande variação tem a ver com o investimento que já foi feito ao nível das comunicações no valor de 2,2 milhões de euros.

Relativamente à emergência médica vai ser feita uma candidatura para a aquisição de oito ambulâncias.

No que diz respeito às infraestruturas realçou a ampliação do quartel dos bombeiros de Santa Cruz das Flores, a candidatura para a ampliação do quartel dos bombeiros das Lajes do Pico e as candidaturas ainda este ano para a construção do quartel dos bombeiros da Povoação e do Faial embora este último esteja mais atrasado devido a problemas de localização. Acrescentou que neste momento o projeto de arquitetura está concluído seguindo-se o projeto de especialidades e só depois o concurso pela Associação.

Referiu que os valores destinados à formação são semelhantes aos do ano anterior, destacando o facto de os bombeiros sapadores de Lisboa terem escolhido os Açores para fazerem formação.

O Deputado Manuel Pereira, salientou a qualidade da nova rede de comunicações e questionou quais seriam as Associações a serem contempladas com as novas ambulâncias e se estava previsto a aquisição de alguma viatura de combate a incêndios. O Secretário respondeu que há um levantamento das necessidades e que não está prevista a aquisição de nenhuma viatura de combate a incêndios, mas que está prevista a reparação de todas aquelas que apresentam



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

mais necessidade. Referiu ainda que as ambulâncias a adquirir serão distribuídas por todas as ilhas, com exceção do Corvo e Graciosa, sendo que São Miguel receberá duas.

O Deputado João Corvelo perguntou quando vai haver material de socorro para todos os bombeiros em condições, questionou o facto da secção das Lajes das Flores só funcionar parcialmente e o que o governo pretende fazer para evitar que os bombeiros tenham salários em atraso. O Secretário respondeu que os salários em atraso são uma preocupação e que o Governo tem efetuado as transferências de verbas sempre a tempo. Contudo, referiu que brevemente haverá a reunião do conselho regional de bombeiros e que essa questão vai ser abordada. Disse ainda que já acordou com o Presidente da Proteção Civil destacar um técnico para acompanhar essas situações mais de perto. Relativamente ao voluntariado admitiu ser uma situação recorrente em varias associações, mas que o mais importante é garantir que na ilha não fica ninguém sem socorro.

O Deputado João Corvelo elogiou o trabalho do Governo na melhoria das condições de saúde na ilha das Flores.

O Deputado Paulo Mendes interveio referindo que a redução do apoio ao transporte não urgente leva a que muitas pessoas não possam suportar esses custos e questionou se o Governo vai adquirir viaturas para esse efeito. Questionou ainda o porquê do valor inscrito no fundo de emergência. O Secretário referiu que o valor inscrito no fundo de emergência é reduzido, mas que pode ser reforçado a qualquer momento. Relativamente ao transporte de doentes não urgentes, o modelo que existe é suficiente e o Governo não vai adquirir viaturas para esse efeito.

O Deputado Carlos Ferreira interveio para saber qual o valor final referente á rede de comunicações. Questionou ainda se vai ou não ser adquirida alguma viatura SIV este ano e se a expectativa do governo é iniciar a obra do quartel de bombeiros do Faial este ano. O Secretário respondeu que a expectativa é de começar este ano, estando, contudo, consciente de que será muito difícil. Referiu que não vão ser adquiridas viaturas SIV este ano e que o valor total da rede de comunicações foi de 2.180.994,00 euros.

O Deputado Marco Costa interveio para saber se está previsto a aquisição do equipamento da segunda viatura SIV para o Pico. O Secretário respondeu que a verba é suficiente para fazer face aos pagamentos das SIV incluindo a ilha do Pico.

O Deputado Alonso Miguel interveio para saber qual o valor destinado aos grandes simulacros. O Secretário respondeu que neste momento não tem conhecimento do valor, contudo está a ser feito um levantamento em todas as ilhas de equipamentos para seguidamente perceber que tipo de recursos podem ser partilhados.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

O Deputado Bruno Belo interveio para pedir que o Secretário explicasse pormenorizadamente o papel do técnico que vai acompanhar a gestão das associações. O Secretário respondeu que na sua opinião falta alguém com conhecimentos de gestão mais próximo das associações, tendo referido ainda que esse técnico estará no gabinete do Secretário e não na proteção civil e que vai ser condicionado à associação aceitar ou não.

O Deputado Carlos Silva perguntou qual o impacto da verba inscrita para a saúde 24. O Secretário referiu que de 2015 para 2016 houve um aumento muito significativo de pessoas a recorrer à linha saúde 24 e que o Governo vai lançar uma campanha para sensibilizar as pessoas neste sentido.

AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL ADJUNTO DA PRESIDÊNCIA PARA AS RELAÇÕES EXTERNAS

O Secretário Regional começou por afirmar que, no âmbito dos Assuntos Europeus e da Cooperação Externa, trata-se de um momento muito importante para a Europa devido às eleições na França e Alemanha. Referiu ainda a intenção de levar a cabo um conjunto de políticas do Programa do Governo para a presente Legislatura, no âmbito do programa 2020.

O Programa 16 tem uma dotação global de 850 mil euros.

Uma parte muito substancial desta verba destina-se aos parceiros como as Casas dos Açores e demais entidades com o objetivo de fazer uma ligação com as gerações mais novas.

Afirmar os Açores na Europa constitui um grande objetivo para esta legislatura e a ação mais importante será abrir o gabinete dos Açores em Bruxelas, com capacidade para receber instituições e organizações açorianas.

Ao nível das comunidades a intenção é potenciar toda a rede de Casas dos Açores e procurar que estas sejam embaixadas dos Açores nas nossas comunidades e consubstanciar nos jovens o orgulho de ser açoriano.

O programa cidadania europeia visa promover nas escolas ações fortes de consciencialização da nossa cidadania europeia criando os clubes europeus, comemorando o dia da Europa nas escolas com um debate de cidadania europeia que será transmitido na RTP/A atribuindo ao melhor uma viagem a Barcelona como prémio.

O Deputado Bruno Belo interveio para perguntar como pensa o Secretário afirmar os Açores no mundo apenas com 68 mil euros e se as alterações na nova administração dos EUA já se faziam sentir nas nossas comunidades.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

O Secretário respondeu que levar os Açores ao Mundo através das nossas comunidades não passa pelo dinheiro, mas por uma visão estratégica e debater os problemas europeus na sociedade açoriana. Relativamente à nova administração dos EUA, até agora não se fez sentir absolutamente nada e na sua perspectiva haverá uma centralidade nos problemas com o México.

O Deputado José San-Bento salientou a postura do Governo em relação aos Açores fazerem parte das instituições europeias e garantir influência nos lugares onde tem assento. Questionou sobre qual a importância que o Governo dos Açores atribui ao Fórum das RUP'S. O Secretário respondeu que para o Governo este fórum é muito importante na medida em que as eleições na França e na Alemanha podem levar a Europa a ter uma nova configuração e neste sentido as regiões terão um papel preponderante.